

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO
NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO OU LEGITIMAÇÃO
DAS DIFERENÇAS?

Gizela Bastos da M. ALMEIDA *

Rosivaldo Pereira de ALMEIDA **

RESUMO

O presente artigo aborda a violência simbólica a partir das políticas de expansão e diversificação da educação superior. Através do conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu, discutimos suas formas de efetivação nas relações sociais e de classes, e seu uso como meio de reprodução das taxionomias vigentes. Fez-se uma reflexão sobre o papel educativo da universidade e as formas pelas quais a ideologia dominante vincula-se à violência simbólica como meio de afirmação e legitimação do controle social a partir das diferenciações socioculturais no ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior; Violência Simbólica; Diversificação; Diferença.

PALAVRAS INICIAIS: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DOMINAÇÃO

A universidade, como todo espaço de educação formal, é um lugar de relações com o outro, com o saber, com o mundo e com o conhecimento. Como espaço educativo, se destaca pelo caráter sistemático e autônomo de produção e organização de conhecimentos e pela formação dos indivíduos que a constitui. As relações acadêmicas não se limitam ao campo universitário. Elas estão além do conhecer e reconhecer conteúdos, fórmulas, conceitos, abrangendo a formação criativa e perceptiva, a valorização e humanização do homem enquanto ser social, cultural, racional e crítico, individual e coletivo.

Este espaço, como os demais espaços de vivência dos homens, é marcado por violências. A violência, em suas variadas formas, faz parte da existência humana e é fundadora da civilização, estando na raiz de nossa cultura (KÜNZEL, 1999, p. 52).

* Universidade Estadual de Goiás

E-mail: gizelabma@yahoo.com.br

** Universidade Estadual de Goiás

E-mail: rosivaldo2705@hotmail.com

Existem formas variadas de violência, dentre as diversas expressões de violência, porém, todas se enquadram entre violência física e violência simbólica. A violência simbólica – assim denominada por Pierre Bourdieu –, por trazer em si aspectos pouco perceptíveis, torna-se mais amplamente utilizada, especialmente quando se pretende que ações e reações se efetivem na sociedade sem que sejam percebidas como ações e reações violentas, agressivas, despóticas, coercitivas, arbitrárias. Bourdieu define como violência simbólica:

essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças, ou melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las (BOURDIEU, 2004, p. 171).

Desse modo, violência simbólica, para o autor, são agressões sutis ao corpo social. Quanto ao poder simbólico dessa violência, possui equivalência comparada ao poder físico e econômico, sua abrangência e eficácia são extraordinárias, seu poder de atuação e de efetivação se assemelha à magia. Bourdieu (2004), que ao mesmo tempo confunde, provoca um estado de aceitação, (in)compreensão, tensão e resignação, condições estas que conduzem à inércia dos indivíduos frente às condições que se apresentam. Essa relação entre dominantes e dominados traz, em si, características interessantes, pois atua por meio da cumplicidade e da crença na razão dos que detêm o poder. Segundo Bourdieu:

Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas, a transformação em carisma ou em encanto adequado a suscitar um encantamento afetivo [...]. O reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro em relação ao autor do ato generoso, que pode chegar à afeição, ao amor, [...] (BOURDIEU, 2004, p. 170).

A luta pelo consenso da existência das diferenças sociais e de que estas ocorrem de forma natural, pela habilidade e ou superioridade de uma classe sobre a outra é descrita por Bourdieu como violência simbólica, institucionalizada, sutil, opressora, que se legitima nas relações que se estabelecem cotidianamente entre dominantes e dominados:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para legitimação destas distinções. [...].

[...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2005b, p. 10-11).

Esta relação entre dominantes e dominados não pode ser percebida como fato isolado. Ela parece estar como a base para o sucesso e convalidação das diferenças sociais e de poder, bem como para a universalização dessas diferenças. As ideologias originadas, sustentadas e disseminadas pela classe dominante são estratégias simbólicas para impor e naturalizar categorias e classificações entre os homens – classes sociais e, conseqüentemente, meio de garantir a uns o poder, objetivo e subjetivo, material e imaterial e a supremacia sobre outros, como apresenta Bourdieu:

Todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e de sua posição neste mundo podem situar-se em dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor *do monopólio da violência simbólica legítima* (BOURDIEU, 2005b, p. 146).

Em “Escritos de Educação”, Bourdieu revela que as estratégias simbólicas de dominação se efetivam com ou sem o consentimento das vítimas. A maneira sutil como a violência simbólica se instaura, garante sua eficácia. “A violência simbólica nunca se exerce de fato sem uma forma de cumplicidade (extorquida) daqueles que a sofrem” (BOURDIEU, 2005a, p. 24). A regra do jogo parece estar em firmá-las e consensualizá-las como naturais e verdadeiras e, portanto, imutáveis.

O monopólio da violência simbólica não é exclusividade do Estado, mas da classe dominante de maneira geral. A utilização dos meios simbólicos como forma de objetivar situações concretas e materiais é uma arma que, como outras, é usada sem piedade sobre quem ousar desafiar seu possuidor, controlador. A classe que domina se

serve desta condição, e o faz muito bem, como instrumento do jogo³ que se propõe a definir, desde seu início: quem ou quais grupos “podem” se legitimar em um determinado campo⁴. O poder simbólico se encontra nas relações e por meio destas, se legalizando na produção de sua valia, no reconhecimento, na crença: “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 2005b, p. 188). A crença, o fazer-se reconhecer, é artifício do poder coordenado pela ideologia, a qual dá eficácia à violência simbólica e a mantém como instrumento de subjugação eficiente e ideal à conservação da ordem vigente. Todas as formas de violência possuem finalidades muito semelhantes: a busca por interesses próprios ou de um grupo.

O uso da violência pelos homens para obtenção de “vantagens” é historicamente reconhecido. Isto tanto no que se refere à violência física como à violência simbólica. Esta última, por sua vez, tende a ser mais largamente utilizada, tendo em vista as dificuldades de se provar sua efetivação. A classe dominante faz uso deste tipo de violência com frequência, como uma forma eficaz de manter-se no poder e conquistar, cada vez mais, domínio. Muitas vezes, agressores e agredidos não se dão conta de que estão a consumir, constantemente, atos de violência, isto por causa da legitimação que é dada aos simbolismos nas culturas.

O efeito propriamente ideológico de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Os sistemas simbólicos devem a sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer ignorado como arbitrário. [...].

O poder simbólico, poder subordinado, é uma força transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação na

³ A palavra jogo é usada no sentido de conjunto de estratégias úteis aos dominantes para se manterem estáveis no poder, para agregar mais poder ou para identificar ações e reações como legítimas. No sentido com o qual Bourdieu a emprega.

⁴ Bourdieu compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social. Bourdieu afirma que para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar).

condição de descrever nas leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra da eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar – reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BUORDIEU, 2005a, p. 14-15).

Usar a violência simbólica como meio de subjugar o outro não é privilégio de algumas classes ou culturas. Ela faz-se presente em todas as classes e em todas as culturas, mudando apenas as formas e os meios em que se concretizam. Desde pequenos grupos familiares a grandes comunidades, Estados e países, a busca pelo poder, e pela permanência neste, desenvolve mecanismos de coerção por meios simbólicos. Estes mecanismos visam subjugar uns e, conseqüentemente, prestigiar outros.

Com efeito, para exercer o poder e justificar seu exercício os dominantes precisam que as representações acerca do social e do político coincidam com o real e se, neste, povo e elite constituem polos contraditórios da divisão e luta de classes, os dominantes devem agir de sorte a fazer com que permaneçam soterradas todas as manifestações da diferença e da contradição no interior da sociedade. Esse ocultamento é obtido através de uma prática e de um discurso coercitivo, mesmo e sobretudo quando a coerção não esteja imediatamente visível por ter-se transformado em consenso invisível e interiorizado. A prática e o discurso dominantes, como se sabe, estão encarregados de criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte dela da mesma maneira, e que a contradição não existe, ou melhor, a contradição deve aparecer como simples diversidade ou como diferentes maneiras, igualmente legítimas, de participar da mesma sociedade. As “classes laboriosas” e as “classes dirigentes” são apenas variantes do cidadão e da pessoa, contidas em germe na natureza humana (CHAUÍ, 2003, p. 41-42).

Na realidade social, dominantes e dominados, conscientes ou não de suas atitudes, consomem, legitimam e validam a violência simbólica por meio de ações cotidianas. Sendo assim, não se pode afirmar que a violência simbólica é fruto apenas da imposição de uns sobre outros, mas que ela se efetiva nos emaranhados das relações sociais (BOURDIEU, 2003). Vista por este aspecto, a violência simbólica é parte organizadora das relações sociais, assim como da própria sociedade. As culturas, os hábitos, as leis, fazem parte da realidade simbólica e, como tais, direcionam, interagem e determinam as atitudes dos indivíduos em um período histórico/geográfico específico.

Muito provavelmente, poder-se-ia definir para cada época, além de um lote de temas comuns, uma constelação particular de esquemas dominantes e um número de “perfis epistemológicos [...]”. Assim, em cada época de cada sociedade, há uma hierarquia dos objetos de estudo legítimos que consegue impor-se de maneira tanto mais total por não haver a necessidade de ser explicada uma vez que ela aparece como se estivesse depositada nos instrumentos de pensamentos que os indivíduos recebem no curso de sua aprendizagem intelectual (BOURDIEU, 2003, p. 209-212).

Dessa forma, parece quase impossível pensar a civilização e os processos civilizatórios que a constitui sem pensar na violência simbólica que a consoma e a caracteriza, resultante que é da luta de classes, de disputa de poderes, da elaboração de leis e normas. A interiorização destes sistemas acontece, muitas vezes, através da reprodução do mundo do trabalho. Neste contexto, pensam-se as disparidades sociais como consequência da falta de atualização da pessoa, de busca de oportunidades, de desejo, deixando à margem, a compreensão de uma realidade extremamente excludente e autoritária que, desde sua origem, tenta justificar seus despotismos na incapacidade e incompetência do outro (CHAUÍ, 2003). Direcionar esse pensamento é papel do mundo simbólico e, sendo assim, entra em cena a violência como peça fundamental para ocultar e mascarar o real.

A busca por um espaço no mercado de trabalho conduz a pessoa a aceitar como modelo o indivíduo bem-sucedido, que galgou posições, que possui um bom emprego, bom salário, ou seja, o modelo da classe socialmente melhor posicionada. A estratégia está em mascarar o real, “universalizar as diferenças”, ocultando as divisões, as desigualdades e as contradições que fazem parte da sociedade. As contradições que auxiliam, corroboram, direcionam e, às vezes, determinam tal ou tais posições, não são mencionadas, discutidas, analisadas e, sobretudo, percebidas enquanto agentes precursores de possibilidades a estas realizações. A ideologia de igualdade de oportunidades para todos, à educação e ao mercado de trabalho, sem considerar as realidades socioeconômicas que os separam é um dos meios como a classe que domina oculta e dissimula as contradições. E parece que obtêm êxito em seus propósitos. A ideia de homogeneização, da ausência de conflitos e injustiças é uma estratégia da classe dominante. A esse respeito Marilena Chauí observa:

A operação ideológica fundamental consiste em provocar uma inversão entre o ‘de direito’ e o ‘de fato’ [...]. Neste contexto, é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidades das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas umas as outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas [...].

Com efeito, a ideologia realiza uma operação bastante precisa: ela oferece à sociedade fundada na divisão e na contradição interna uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição: constrói uma imagem da sociedade como idêntica, homogeneia e harmoniosa. Fornece aos sujeitos uma resposta ao desejo

metafísico de identidade e ao temor metafísico da desagregação [...]. Para que a violência da dominação exercida por uma classe surja como natural, inscrita na ordem das coisas racional e legítima, ou como lugar de direito do exercício da dominação – sem o que os dominados teriam o direito de insurgir-se contra ela – é preciso que seja anulada como violência, e a única via possível consiste em produzir uma imagem unificada da sociedade, com polarizações suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. O imaginário ideológico responde a essas necessidades (CHAUÍ, 2003, p. 21 e 28).

Nessa perspectiva, a violência instituída ultrapassa a esfera dos símbolos. Na busca por uma condição melhor de vida, o indivíduo vê na educação superior o caminho mais seguro, eficiente, rápido e certo de alcançar seus objetivos, não considerando que, muitas vezes, a estabilidade financeira e a realização pessoal passam pela escola, mas não dependem só dela, sobretudo se fizermos essa análise pensando nas relações sociais – capital social⁵ – descritas por Bourdieu (2005a; 2005b). Universalizar diferenças e consensualizá-las como verdades agride a integridade moral e psíquica do homem, se constituindo dessa forma em violência (CHAUÍ, 2003).

A violência simbólica pode ser entendida como leis, normas, atos, gestos, palavras, que possuem como finalidades causar danos morais, psíquicos e a direcionar ações e comportamentos em suas vítimas. Tem seu poder em conseguir impor significações como legítimas e em convencer de sua legitimidade. Seu prestígio encontra-se em impor-se sem ser percebida, afirmando-se como ideologia e como “verdade”. Esse tipo de violência é capaz de constituir inúmeros significados e consequências sociais, mascarar a realidade e colocar como determinado o que é elaborado, construído, estabelecido nas relações cotidianas e sociais; conduz a grande maioria à aceitação das taxionomias filosóficas da classe dominante como naturais e autênticas. A educação, neste contexto, e, nos últimos anos mais intensamente, o ensino superior, apresenta-se como alvo de ideologias e da violência simbólica, já que esta se estrutura, se estabelece e se efetiva por meio daquela. A educação superior é alvo e anseio para uns, meio de conquistas e melhorias para outros e mecanismo de autenticação e legalização de supremacia para alguns.

⁵ Capital social – conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2005a, p. 67).

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA A PARTIR DAS POLÍTICAS DE DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Atualmente, o aumento do acesso à escolarização, principalmente o ingresso no Ensino Superior, é tema de discussões tanto no âmbito da comunidade educativa como da sociedade civil. Um bacharelado, uma graduação, uma licenciatura e outras titulações a nível superior deixam de ser percebidos como uma aquisição a mais de conhecimentos, uma realização de um desejo pessoal ou mesmo a busca por *status* social. As novas exigências para atender aos inúmeros aparatos tecnológicos e científicos da atualidade, bem como a busca desenfreada por uma vaga no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, faz com que o curso superior passe de um requisito adicional a uma condição basilar à formação do homem moderno. Nesse sentido, a universidade perde sua identidade de espaço privilegiado de produção do conhecimento, tornando-se *locus* de formação de profissionais (DOURADO, OLIVEIRA e CATANI, 2003).

A expansão do ensino superior ganha força e flexibilização para atender a demanda do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo, seletivo, excludente e exíguo. Os indivíduos, movidos por esta realidade, veem na educação superior o meio de “garantir” um lugar no mundo do trabalho, em constante mutação.

O final dos anos oitenta foi marcado por profundas e significantes mudanças no ensino em todos os níveis. Novas políticas foram implantadas visando expandir o acesso à escolarização. O ensino superior ganha novas vertentes, sendo delegada a este a função de atender às demandas e exigências das mudanças sociais, políticas e culturais que se instalam nesse período. Estas mudanças se tornam mais notórias e expressivas a partir das políticas neoliberais, especialmente no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) que promoveu a massificação do ensino superior, permitindo a abertura de inúmeras instituições privadas e algumas públicas (federais e estaduais) de ensino superior e com diferentes formas de ingresso. Tudo isso contribuiu com a ideologia de que a extensão da escolarização, em nível superior, diminuiria as desigualdades sociais. Porém, a escolarização poderá, na verdade, promover o aumento dessas desigualdades, uma vez que é um dos mecanismos reprodutores dos processos de reprodução do sistema capitalista.

É impossível negar e seria injusto não reconhecer o significado e sentido da educação na vida dos indivíduos, especialmente na atualidade. Esquecer de que a escola é um campo de saber e que a educação escolar proporciona certo nível de inclusão social. O acesso ao mercado de trabalho “formal” implica, necessariamente, em escolarização, mesmo que seja um processo que implique em formar mão de obra seletiva, com remuneração diferenciada, não segundo a quantidade (acúmulo de trabalho), mas à qualificação desse trabalho.

Não podemos deixar de admitir que o espaço universitário é um campo de lutas, conscientização e emancipação (GADOTTI, 2003) e que, mesmo com a massificação do acesso ao Ensino Superior, mais pessoas poderão ter contato com o conhecimento e a compreensão da realidade que se encontra por trás do aparente, da “verdade”, o que se torna, de certa forma, um risco para o próprio Estado.

As universidades, faculdades e institutos de educação superior enfrentam, hoje, situações que as deslocam de suas funções precípua de produção de conhecimentos e capacitação profissional, alargando seus papéis e competências, como observa José Dias Sobrinho:

Preparar mão de obra, capacitar profissionais, fazer seleções sociais, formar elites, operacionalizar o mercado, produzir autonomia e a emancipação de indivíduos e da sociedade, formar cidadãos, conservar e socializar a cultura e a história, construir novos conhecimentos, desenvolver a ciência e a tecnologia, aumentar a competitividade das empresas e dos países, prestar serviços à comunidade, elevar a consciência da população, aprofundar os valores da democracia, acrescentar humanidade ao gênero humano, tudo isso e ainda muito mais, ou menos que isso, conforme as relações de força que se enfrentam em cada momento e lugar, com todas as contradições que há nessas demandas, são funções da educação superior (SOBRINHO, 2005, p. 113).

Diante dessa ampliação de papéis e funções delegadas e esperadas do ensino superior, surge-nos uma preocupação: até que ponto as instituições de ensino superior conseguem, procuram, podem ou querem exercer estes papéis e funções na sociedade, especificamente no que se refere à formação para a consciência crítica, para a autonomia, para o posicionamento político e ético de sua clientela? Parece-nos que estas funções ou papéis da universidade não se encontram mais como objetivo a ser alcançado por muitas instituições. Isto por vários motivos, a começar pelo contraste entre o que é solicitado como sua “missão” e o que as políticas públicas possibilitam-lhes a realizar, especialmente as instituições públicas.

A flexibilização, organizada e direcionada pelos organismos multilaterais para os países em desenvolvimento, desarticula muitas das possibilidades de uma formação que consiga unir conhecimentos técnico-científicos, autonomia e humanização. Esse efeito é potencializado pela privatização do ensino superior. A busca pelo lucro, articulada à ausência de compromisso social, faz com que o ensino superior se torne um mero espaço de formação técnica e de obtenção de títulos, além de ser, devido o contexto socioeconômico e político atual, um rentável negócio. Dourado, Oliveira e Catani (2005, p. 28), analisam:

Nesse sentido, os atuais marcos institucionais e de gestão da educação superior preconizam: a flexibilização da estrutura dos cursos de graduação novas diretrizes curriculares; a redução da duração dos cursos; o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas; a articulação teoria-prática e avaliações periódicas, dentre outros. Tais medidas, contraditoriamente, têm possibilitado a emergência de novos nichos de aligeiramento da formação e de uma busca acrítica de mera subordinação às demandas do mercado (fictícias ou não). Nesta direção confluem, ainda, perspectivas pragmatistas e redentoras que veem na flexibilização um caminho de expansão da educação superior a custo do barateamento dessa formação descurando, desse modo, da dimensão da flexibilização como cenário para o estabelecimento de projetos acadêmicos que se caracterizem pela inovação, entendida como sólida formação teórica e interdisciplinar não circunscrita às exigências do mercado de trabalho.

Frente a essa situação, a educação superior perde sua real função e objetivos e acaba por contribuir como eficiente instrumento para efetivação da violência simbólica.

A ideologia dominante que direciona, institucionaliza, estabelece e legaliza as políticas para a educação superior compreende uma forma de violência simbólica. As contradições que permeiam estas políticas deixam brechas para que se instale a lógica do mercado capitalista na educação. Apontar a educação, ou melhor o diploma, como meio de obter mobilidade social, emprego e igualdade de oportunidades, sem esclarecer que tais aspirações passam pela educação, mas não dependem somente dela, já que existe toda uma teia de articulações entre os campos que compõem a sociedade, consiste em omitir a realidade que move o sistema capitalista, salvo raras exceções.

A classe dominante desenvolve meios para permanecer no poder e, igualmente, prepara para sua descendência oportunidades dentro de seu campo e por meio das relações estabelecidas neste, de permanência no domínio (BOURDIEU, 2005a). Um curso superior, há algum tempo atrás, operava eficazmente para a efetivação desse propósito. Com a expansão do ensino superior esta estratégia se vê ameaçada, no sentido da posição, *status* na sociedade e até mesmo pela concorrência no mercado.

Como meio de assegurar o poder, cria-se mecanismos que servem como marcas divisórias entre elite e povo, dominantes e dominados: diferenciação de diplomas por área, duração e instituição de ensino. Além de contar com o capital social, fator altamente determinante na busca por uma colocação no mercado de trabalho.

O egresso nos cursos superiores conta com a segurança, ilusoriamente apresentada nos discursos da ideologia dominante, de um emprego, de mudança de *status* social, que, universalmente não acontece, especialmente para a classe trabalhadora, que impossibilitada de se dedicar aos estudos em tempo integral, optam por cursos noturnos, de menor duração e mais baratos. Beneficiar-se com essa compreensão, concepção, discurso, crença, engodo, ideologia, se constitui em uma violência. Bourdieu, ao discutir sobre o diploma e o cargo, analisa:

Sabendo que nas transações em que se define o valor de mercado do título escolar a força dos vendedores da força de trabalho depende, se se deixa de lado seu capital social, do valor de seus títulos escolares e isso acontece tanto mais estreitamente quanto a relação e o diploma e o cargo é mais rigorosamente codificada (é o caso das posições estabelecidas em oposição às posições novas), vê-se que a desvalorização dos títulos escolares serve diretamente aos interesses dos detentores de cargos; além disso, se os portadores de diplomas estão vinculados ao valor nominal dos diplomas, isto é, o que estes garantiam, em direito, no estado anterior, os detentores de cargos estão vinculados ao valor real dos diplomas, aquele que se determina no momento considerado na concorrência entre os titulares (os efeitos dessa espécie de desqualificação estrutural vêm se juntar a todas as estratégias de desqualificação acionadas pelas empresas, desde há muito tempo) (BOURDIEU, 2005a, p. 161).

Dessa forma, parece evidente que existem outros meios, que não somente o diploma, a definir quem ou quais ocupam um cargo, um espaço no mercado de trabalho. Dar ao diploma, à educação superior, a responsabilidade de “decidir o destino” de alguém é olhar a realidade de olhos vendados, sobretudo quando não se analisa os meandros das articulações simbólicas que, implementadas pela ideologia dominante como forma de satisfazer seus interesses de soberania como classe e gênero, dicotomiza a realidade entre o real e o aparente, dando ênfase ao aparente e ocultando, mascarando, dissimulando, disfarçando os interesses e as diferenças entre os indivíduos e suas oportunidades. Quanto ao diploma, Bourdieu elucida que, com o maior acesso ao nível superior de ensino, a classe dominante se estrutura para garantir que exista classificações quanto aos diplomas e suas raridades:

observa-se, segundo parece, todas as vezes em que as forças e os esforços de grupos em concorrência, por determinada espécie de bens ou de diplomas raros, tendem a se equilibrar como numa corrida onde, ao termo de uma série de ultrapassagens e de ajustamentos, as distâncias iniciais encontrar-se-iam mantidas [...] (BOURDIEU, 2005a, p. 177).

Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente, um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados e, até mesmo, sua “permuta” (substituindo uns pelos outros na sucessão); permite também taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar:

A objetivação do poder cultural sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. Com o diploma, essa certidão essa competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito a cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico (BOURDIEU, 2005a, p. 78).

Nesse sentido, todo fracasso do diploma passa a ser percebido como individual e como um problema da pessoa, pois todos são “iguais”, possuem as mesmas oportunidades e se alguém (muitos) não conseguem se realizar como profissionais, isso não é um problema social ou do sistema (CHAUÍ, 2003). A igualdade abstrata de cidadania trata-se de uma ideia ilusória de liberdade “na medida em que as relações de força e de poder entre capital e trabalho são estruturalmente desiguais. É sob esta ilusão e violência que a ideologia burguesa opera eficazmente na reprodução de seus interesses de classe” (FRIGOTTO, 2003, p. 64).

Na medida em que o corpo social não se dá conta dessas especificidades do sistema capitalista, do mundo do trabalho, das divisões de classe, a força simbólica dos agentes dominantes se expande e o ensino superior opera como sendo a solução e a condição precípua para mobilidade social e a aquisição de um emprego. A escassez de empregos, a seleção dos candidatos a uma vaga, passando pelas relações sociais da pessoa e da família (capital social) e, às vezes, especialmente por estas, são camufladas e disfarçadas em ineficiência de algumas áreas, fatalidades e coincidências individuais.

A violência simbólica acontece na medida em que o sistema de ensino fundamentado na ideologia capitalista, ao ditar as normas de funcionamento dos concursos, de vestibulares, faz um *apartheid*, excluindo aqueles que não se enquadram

no perfil por ele elaborado, e o faz tão bem, que a responsabilidade pelo insucesso recai sobre os próprios estudantes. Consequentemente, a autoestima dos indivíduos é afetada, levando-os a diferentes graus de frustrações (SILVA, 2004, p. 139), ocasionando, inclusive, depressão e desmotivação, refletidas em aparente postura conformista.

Como mostra Gadotti (2003), a discriminação é uma forma de violência simbólica que visa atender aos interesses da classe dominante. A universidade, nesse sentido, perde sua função humanizadora, democratizante, exercendo seu papel determinado pelo contexto histórico neoliberal, que é operar a discriminação. Portanto:

A discriminação começa às portas da universidade. O exame vestibular é uma classificação segundo a posição social e econômica. [...] e conspiração, isto é, uma sociedade onde a classe dominante está constantemente armada para defender seus privilégios. Uma das armas dessa sociedade é a escola, a universidade. Ela funciona como aparelho, como arma da sociedade de classes (GADOTTI, 2003, p. 113-114).

Um outro exemplo de efetivação de violência simbólica, no ensino superior, é observada no “sistema de cotas” para negros e afrodescendentes. Esse projeto foi elaborado pelo Ministério da Educação e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, sendo encaminhado ao Congresso como Projeto de Lei.

Trata-se de uma questão polêmica e que ainda não tem um consenso. É importante questionar até que ponto essa lei beneficia, efetivamente, a população negra ou legitima a discriminação racial. Essa cota existe em função de todo um contexto histórico, marcado por constantes oscilações político-econômicas. Estabelecer esta cota, apesar de implicar em uma tentativa de “pagar uma dívida histórica” para com a população negra, pode servir, contraditoriamente, para confirmar a ideologia de que o negro não tem condições de ingressar no ensino superior sem um amparo legal, deixando vigorar a ideia de “inferioridade da raça”. Isso constitui uma violência: declarar de forma sutil a incapacidade ou falta de condições reais de domínio do conhecimento de uma pessoa, por ela ser negra. Não é possível que seja ignorado todo efeito psicológico que um processo de inferiorização gera no indivíduo.

É preciso estar consciente de que as ideologias raciais são utilizadas como álibi para a manutenção de situações de privilégio de um grupo social sobre o outro. [...] Os discursos e práticas racistas são o resultado da história econômica, social, política e cultural da sociedade na qual são produzidos (SILVA, 1995, p. 168).

É importante ressaltar que, hoje, no Brasil, a discriminação contra o negro, é, sobretudo, simbólica.

As atividades de racismo e discriminação costumam ser dissimuladas também recorrendo a descrições dominadas por estereótipos e pelo silenciamento dos acontecimentos históricos, socioeconômicos e culturais (SILVA, 1995, p. 169).

Ela existe, mas, a não ser em caso extremo, não é revelada. Estabelecer a cota para negros reforça a discriminação e gera um estado de frustração ainda maior, já que essas cotas não suprem a demanda. Como ficaria a autoestima daqueles que não conseguem, apesar do auxílio das cotas, ingressar na universidade? O estudante, nesse caso – seja ele negro ou não – tem a sua autoimagem diminuída e arranhada, restando, muitas vezes, como saída, cometer um ato de violência contra o sistema, contra o outro ou contra si próprio. Nesse caso, a violência simbólica ultrapassa a esfera da subjetividade e efetiva-se fisicamente. Claro que o princípio gerador dessas frustrações não é a universidade, mas ela pode ser a situação limite, adverte Silva (2004).

Outro fator que se constitui como violência simbólica é o currículo escolar. Por mais que os objetivos idealizados sejam de humanização, na prática, os currículos formam o indivíduo dentro da ideologia dominante. Os currículos são mecanismos de dominação, pois incutem os saberes que são considerados legítimos e válidos. Estes saberes são designados pela classe dominante. Desse modo, diz Silva:

O poder está no currículo através das divisões entre saberes e narrativas inerentes ao processo de seleção do conhecimento e das resultantes divisões entre os diferentes grupos sociais. Aquilo que divide e, portanto aquilo que inclui/exclui, isso é poder (SILVA, 1995, p. 197).

Os saberes ligados aos interesses da maioria da população são marginalizados e é, nesse sentido, que se efetiva a violência simbólica. As universidades mediante os currículos, acabam também por estigmatizar, inferiorizar e, até, omitir certos conhecimentos e interesses ligados a comunidades agrárias, negros, índios, mulheres, à classe trabalhadora, entre outros grupos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações interpessoais são características do ser humano. Pensar a vida e, em especial, a vida em sociedade, sem as relações que as consomem é quase que delegar ao homem a solidão e a irracionalidade. O convívio grupal sempre foi base para a formação humanística e suporte para conquistas e saberes mais aprimorados à evolução da espécie. Permeando esta realidade, sempre houve a presença da violência – física e simbólica – como forma de manter a ordem, conquistar domínios e permanecer neles, sendo esta de interesses, pessoais ou grupais.

Situações conflituosas atravessam toda a existência do homem. A violência foi parceira direta de ascensões e declínios. Neste contexto, a violência simbólica sempre alcançou destaque, pois inculca normas e direciona comportamentos dando margem a permanência de alguns no poder e conseqüente elevação de outros. Conceitos e valores são construções socialmente constituídas e possuem características sócio-históricas e culturais do momento em que se efetivam. Os símbolos possuem relevância neste processo, pois são eles que asseguram o sucesso ou a decadência de homens e organizações etc. em determinado momento da história grupal e social. Não há como pensar em civilização sem pensar na violência, bem como nos simbolismos que a envolvem.

Os aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais estão intimamente ligados, formando uma teia onde as relações interpessoais se constituem e se concretizam caracterizando o momento. Frente a esta realidade, buscamos fazer uma análise da situação da educação superior, buscando compreender como a violência simbólica se estabelece, se legaliza e se institui por meio das políticas de expansão e diversificação do ensino superior.

Entendemos que existe todo um emaranhado de situações que direcionam o comportamento dos indivíduos e a conseqüente aceitação das normas e leis que a estes são impostas. Estas situações são estrategicamente pensadas e preparadas com objetivos precisos de atender aos interesses da classe dominante, sem parecer que o são. Travestidas como políticas que defendem os interesses da população, a ideologia da classe dominante vai ganhando forma e espaço na sociedade brasileira e a educação é um dos meios utilizados por esta para efetivar seus intentos. O ensino superior se destaca

como uma das áreas onde a ideologia dominante vem atuando com maior intensidade, empenho, destreza, especialmente no que tange às políticas de expansão universitária e diversificação das formas de acesso a este.

Diante deste contexto, o ensino superior apresenta-se como um dos mecanismos objetivos e subjetivos de efetivação da violência simbólica, a começar pelas políticas de privatização do ensino superior, assim como pelo consenso que se desenvolve de que esta seja uma solução para os vários problemas do Brasil e dos países em vias de desenvolvimento. A disseminação desta ideia pode ser percebida como violência simbólica na medida em que ela se torna justificativa para implementação do ensino privado como meio de oportunizar a todos o acesso ao ensino superior. A ampliação do sistema público de ensino, o desenvolvimento de políticas para o ensino superior que proporcione a este condições efetivas para melhorar qualidade e quantidade, não são sequer questionadas pela grande maioria da população. Isso por conta de toda uma ideologia, que ao longo de décadas vem se infiltrando no bojo da sociedade e que naturaliza a substituição do público pelo privado. Dessa forma, o direito de todos à educação desvirtua-se para o direito de poder pagar pelo curso que se quer ou que se precisa.

A diversificação de acesso ao ensino constitui-se uma das mais expressivas formas de violência, pois em vez de ampliar o sistema público de ensino, o Estado incentiva as instituições privadas, oferecendo bolsas entre outras formas de apoio à expansão do ensino privado. Para as universidades públicas, com um número exíguo de vagas, cria-se os sistemas de diversificação de acesso, que não só o vestibular, para atender a população que procura no ensino público quase que a única oportunidade de cursar uma faculdade. Estas “ajudas” tornam-se incoerentes quando pensada a realidade socioeconômica do país (onde a grande maioria da população não possui condições de pagar uma faculdade) e a proporção de alunos por vagas numa instituição pública de ensino superior.

A violência simbólica se apresenta na ideologia de que um curso superior garante, por si só, uma colocação no mercado de trabalho, altamente competitivo e marcado por determinantes, que não só o diploma. Conceber a educação por este ângulo é fugir a realidade de uma sociedade capitalista, seletiva, excludente e estratificada. A ideia de homogeneização de oportunidades no mercado de trabalho, bem como de acesso ao

ensino superior é uma forma sutil de mascarar a realidade e de fortalecer o ensino privado. É interessante destacar ainda, as diversificações de cursos por áreas e conseqüentemente, por preços. Dessa forma é evidente que poucos poderão pagar pelos cursos melhor conceituados e elitizados, ficando como opção à maioria, cursos noturnos e de menor preço. Certamente, no momento de uma contratação, este quesito também é analisado.

Os currículos preparados para os cursos superiores refletem as desigualdades de oportunidade dos acadêmicos. Eles, de certa forma, representam os interesses da classe dominante, não só porque foram por eles formulados, mas por trazerem em si aspectos das desigualdades que os fundamentam: duração dos cursos, áreas de interesses.

Percebemos que a violência simbólica expressa-se no ensino superior, sustentada pela ideologia dominante e efetivada nas relações entre o saber e o poder, no que tange às políticas de diversificação e expansão desse nível de ensino. A violência simbólica não se limita a estes aspectos, pois ela se efetiva em muitas outras áreas do ensino superior, tendo como exemplo a política de financiamento, avaliação institucional e a questão dos profissionais da educação superior, aspectos não abordados no texto, mas que se inter-relacionam com as políticas de expansão e diversificação do ensino superior.

THE SYMBOLIC VIOLENCE BASED THE POLICIES OF EXPANSION AND DIVERSIFICATION
IN BRAZILIAN COLLEGE EDUCATION: DEMOCRATIZATION OF ACCESS LEGITIMIZATION
OF DIFFERENCES?

ABSTRACT

The present article discusses the symbolic violence from policies of expansion and diversification of college education. Through Pierre Bourdieu concept of symbolic violence, we discuss ways of their realization in social relations and classes, and its use as a mean of reproducing existing taxonomies. A reflection on the educational role of the university and the ways in which the dominant ideology is linked to symbolic violence as a mean of affirmation and legitimation of social control from the socio-cultural differences in higher education were made.

Key-words: College Education; Symbolic Violence; Diversification; Difference.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, Organização e Seleção: Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Escritos de Educação*. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005b.

_____. *Razões Práticas*. Tradução: Mariza Corrêa. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, Luis Fernandes; OLIVEIRA, João. F. de; CATANI, Afrânio. M. (Orgs). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alernativa, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à Pedagogia do Conflito*. 13. ed.; São Paulo: Cortez, 2003.

KÜNZEL, Jaqueline. Violência Social. In: FLEIG, Mario (Org.). *Psicanálise e Sintoma Social*. Porto Alegre: Unisinos, 1999. p. 49-58.

SILVA, Nelson Pedro. *Ética, indisciplina e violência nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: _____. (Org.). *Alienígenas na Sala de Aula: uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOBRINHO, José Dias. *Dilemas da educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.